



REPORTAGEM DE CAPA

O procurador herege

A INVESTIGAÇÃO DA SUA VIDA DE PALESTRANTE
AMEAÇA LEVAR DALLAGNOL À FOGUEIRA.
POR DINHEIRO, O EVANGÉLICO CHEFE
DA FORÇA-TAREFA DA LAVA JATO PECOU

por ANDRÉ BARROCAL

Na chefia da força-tarefa de procuradores da Operação Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, de 39 anos, é um acusador implacável do pecado alheio. E com o fervor do evangélico que é. Filho de Pato Branco, cidade paranaense de 80 mil habitantes, disse certa vez em um culto da Igreja Batista que o Brasil seria um país melhor se tivesse sido colonizado por “pessoas religiosas”, como as que foram para os Estados Unidos, e não por “degradados, criminosos” portugueses. Cheio de fé, até pensa em ser pastor um dia. O que alguém com essa moral e o cargo de procurador de Justiça diria diante de Dallagnol?

A ambição financeira, a mesma por trás da especulação imobiliária que praticou ao comprar dois apartamentos populares do programa Minha Casa Minha Vida, levou Dallagnol a pecar. Planejou

fazer a esposa de laranja para disfarçar a violação de duas leis que proibem membros do Ministério Público de ter empresa comercial. A firma foi arquitetada na virada de 2018 para 2019 para cuidar da carreira de Dallagnol como palestrante. Com as palestras feitas nos últimos anos, ele recebeu dinheiro de dois setores poupados pela Lava Jato curitibana, planos de saúde e bancos. E aí surge a suspeita de outro pecado. Esses setores conquistaram ou retribuíram, na base da grana, a boa vontade do chefe da força-tarefa? Pela régua implacável de Dallagnol, que acredita que indícios circunstanciais valem como prova, sim.

Dallagnol é palestrante costumeiro na Unimed. Em 21 de fevereiro, discursou no I Fórum da Transparência promovido pela unidade do convênio em Presidente Prudente, no interior paulista. Em 2 de agosto de 2018, estivera em Porto Alegre com médicos, funcionários e convidados da Unimed local, aos quais proferiu a palestra “Integridade É a Chave para

o Cuidar”. Em março de 2017, falara nas comemorações de 32 anos da unidade de Assis, cidade também do interior de São Paulo, com a palestra “Ética e Lava Jato”. Em 22 de julho de 2016, participou do 13º Fórum Empresarial da Unimed de Vitória, a capital capixaba, ocasião em que falou sobre medidas contra a corrupção que a força-tarefa havia preparado. Uma semana antes, em 15 de julho, havia escrito a seguinte mensagem à colega procuradora Thamea Danelon, conforme revelado pelo site The Intercept Brasil: “Você podia até fazer palestra sobre esse caso mais tarde em Unimed. Eles fazem palestras remuneradas até”.

Na época desta mensagem, os planos de saúde amedrontavam-se. Seriam atingidos pela Lava Jato? Em novembro de 2015, o então senador petista Delcídio do Amaral fora preso preventivamente. Seria solto em fevereiro de 2016, após negociar com a cúpula do Ministério Público Federal (MPF), em Brasília, uma delação. Esta tinha um anexo indigesto

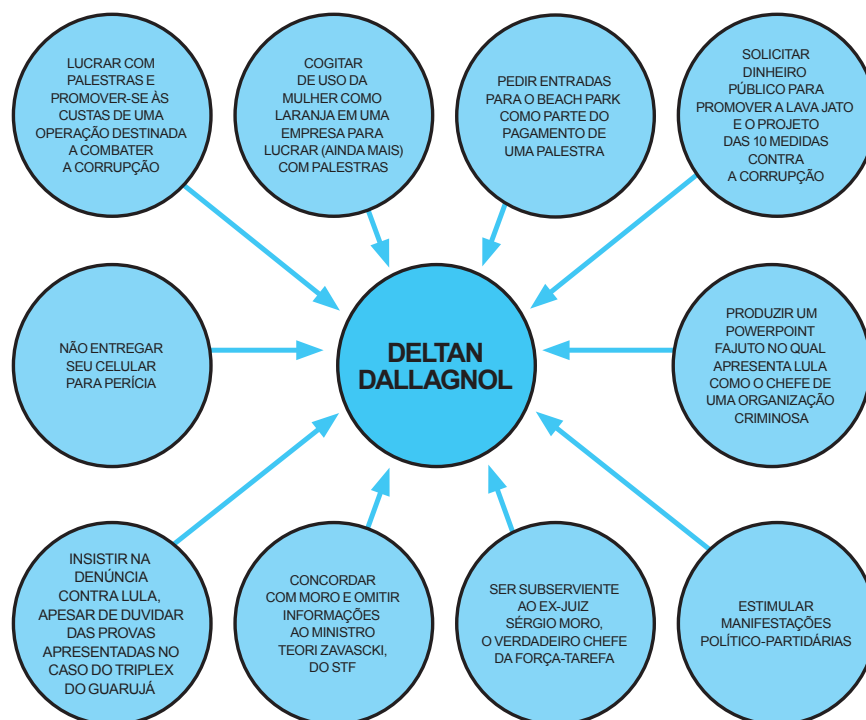
FERNANDO FRAZÃO/ABR





Como palestrante, recebeu dinheiro de setores poupados pela Lava Jato: planos de saúde e bancos

O PowerPoint do procurador



para os convênios. Segundo o anexo, revelado em março de 2016 pela revista *IstoÉ*, “especial atenção deve ser dada à ANS e Anvisa, cujas diretorias foram indicadas pelo PMDB do Senado, principalmente pelos senadores Eunício Oliveira, Renan Calheiros e Romero Jucá. Jogaram ‘pesado’ com o governo para emplacarem os principais dirigentes dessas agências. Com a decadência dos empreiteiros, as empresas de planos de saúde e os laboratórios tornaram-se os principais alvos de propina para os políticos e executivos do governo”. A ANS é a agência que regula os convênios e a Anvisa, os remédios. Seus dirigentes precisam ser aprovados no Senado, daí o poder de Eunício, Calheiros e Jucá.

Esse trio emedebista (hoje apenas Calheiros é senador) foi citado em delação fechada pelo MPF com um ex-executivo do laboratório Hypermarcas (chamado agora de Hypera Pharma), Nelson José de Mello. Este havia contado, conforme o noticiário de junho de 2016, que

REPORTAGEM DE CAPA

a Hypermarcas pagava propina ao trio e que uma das formas de a grana chegar a eles era através de uma banca advocatícia, a Calazans de Freitas Advogados. O dono da banca, Flávio Calazans, se tornaria delator em 2017, em um acordo com a força-tarefa de Dallagnol. Trechos da delação foram noticiados em 7 de novembro de 2017 pelo UOL. Flávio contou que na eleição de 2014 havia recebido 1,1 milhão de reais em propina paga pela Amil através de três empresas. E que o dinheiro chegaria a senadores do ex-PMDB por meio de um lobista conhecido, Milton Lyra.

A Amil doou 26 milhões de reais a candidatos na campanha de 2014, conforme dados da Justiça Eleitoral. Apostou 998 mil no MDB do Rio, na época controlado pelo então deputado Eduardo Cunha. Em maio daquele ano, Cunha havia empenhado numa lei a anistia de 2 bilhões de reais em multas aplicadas a planos de saúde. A ex-presidenta Dilma Rousseff, que receberia 7 milhões da Amil em sua reeleição, vetou o perdão. Naquela eleição, o Bradesco Saúde doou 14 milhões: 2,1 milhões para a direção nacional do PSDB, nada para Dilma. A Unimed doou 620 mil para o presidenciável tucano Aécio Neves, 500 mil para o presidenciável que morreu Eduardo Campos, do PSB, e nada para Dilma.

Apesar das delações de Delcídio, Melo e Calazans, os convênios não foram incomodados pela Lava Jato, seja em Curitiba, seja em Brasília. Escapar da investigação não é a única aparente explicação para planos como a Unimed pagarem palestras de Dallagnol. Entre os convênios, havia insatisfeitos com o governo do PT, segundo o médico sanitário Arthur Chioro, ministro da Saúde quando a Lava Jato surgiu, em 2014. “Alguns setores se movimentavam por menos regulação e fiscalização, pleiteavam liberação de preços dos planos individuais, relutavam em cumprir o ressarcimento



SEGUNDO DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, A AMIL DOOU 26 MILHÕES DE REAIS A CANDIDATOS DA ELEIÇÃO DE 2014



ao SUS, queriam a diminuição do rol de procedimento, chegaram a tentar obter facilidades financeiras inaceitáveis, como o perdão das dívidas”, afirma Chioro. “Com o golpe de 2016, parcela do setor vislumbrou uma janela de oportunidades para os ‘planos acessíveis’, que até agora não vingou. O número de beneficiários continua caindo.”

Agora, o capítulo bancário dessa reportagem. Dallagnol palestrou para a Federação Brasileira dos Bancos em 17 de outubro de 2018, em São Paulo. Foi a estreia da 8ª edição do Congresso de Combate e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, promovido anualmente pela Febraban. Na plateia, gente de instituições financeiras, seguradoras, fundos de previdência e securitizadoras. Seu discurso “A evolução da prevenção e combate à lavagem de dinheiro no Brasil” encerrou o evento.

Um ano e meio antes, o setor bancário inquietava-se com a Lava Jato. Antonio Palocci sentava-se pela primeira vez

Delcídio do Amaral negociou sua delação com o Ministério Público Federal



O time de Dallagnol em 2017 temia a delação de Palocci

diante do então juiz Sérgio Moro, o qual tinha decretado sua prisão preventiva em setembro de 2016. Por ter sido ministro da Fazenda no primeiro governo Lula, um intermediário do PT com o “mercado” e prestado consultoria a Bradesco, Itaú e Santander, conhecia os intestinos das finanças. Perante Moro, em 20 de abril de 2017, disse que certa vez havia recebido “uma grande personalidade do meio financeiro”, alguém que dizia falar em nome de um banco e ser responsável por financiar campanhas. Topava contar depois a Moro o nome da pessoa e do banco, se o juiz quisesse. Rumores invadiram o noticiário. Palocci viraria delator? A Lava Jato chegaria aos bancos? Um subprocurador-geral comentou certa vez com *CartaCapital* que era impossível ter havido estripulias com empreiteiras, Petrobras e políticos sem a participação do sistema financeiro.

Os advogados de Palocci negociaram uma delação com a força-

-tarefa chefiada por Dallagnol. Em 31 de maio de 2017, pouco mais de um mês após o depoimento do petista a Moro, vieram a público trechos do acordo pretendido. Comprometiam o banco BTG Pactual e seu principal sócio, André Esteves, que havia estado preso preventivamente entre novembro e dezembro de 2015. Palocci diria que, em 2009, a Caixa Econômica Federal tinha comprado parte do Banco Panamericano para saneá-lo e permitir que o BTG entrasse como controlador depois, como ocorreu em 2011. Esses detalhes da delação foram noticiados pelo *Valor*. Uma semana depois, em 7 de junho, o então presidente Michel Temer baixava uma Medida Provisória a autorizar bancos encrencados a fazer acordos de leniência com o Banco Central (BC), essa mãe do sistema financeiro nacional.

O time de Dallagnol temia os efeitos de uma delação de Palocci nos bancos. Em 26 de junho de 2017, a colunista Mônica Bergamo, da *Folha*, informava que a força-tarefa estava “apreensiva” e que estudava como preservar os bancos. Uma possibilidade era negociar



Chioro afirma: com o golpe de 2016, o setor de planos de saúde vislumbrou uma recuperação, mas o número de beneficiários ainda cai

com as instituições antes da divulgação da delação, para que elas se acertassem no BC. Naquele dia, Palocci era condenado por Moro a 12 anos de cadeia por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A delação negociada com Dallagnol e companhia nunca saiu. Um dos membros da força-tarefa, Carlos Fernando dos Santos Lima, disse a *O Globo* de 30 de agosto de 2017 que a pretendida delação só tinha fofoca. A negociação seria retomada pela Polícia Federal, com quem um acordo foi selado em abril de 2018.

Em 30 de outubro deste ano, Dallagnol dará a palestra “A Ética nos Negócios em Um Mundo Sob Pressão”, em um evento no Paraná sobre empreendedorismo. Para se esbaldar na carreira de palestrante, queria fazer a esposa de laranja. Caberia a ela, que é advogada, dirigir a empresa que no fim de 2018 o marido desenhara. A presença de Fernanda no negócio era necessária para Dallagnol

Ele cansou-se de palestrar em caros eventos realizados pela Unimed



REPORTAGEM DE CAPA

disfarçar a violação da Lei Orgânica do Ministério Público e do Estatuto do MP, ambos de 1993. Essas duas leis proibem procurador de “exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista”.

Dallagnol planejava ser sócio de um colega da força-tarefa, Roberson Pozzobon, e botar as esposas dos dois à frente da firma. As negociações ocorriam às vezes por mensagens escritas em aplicativos de celular, em um grupo do qual só o quarteto participava. Algumas conversas chegaram a Glenn Greenwald, do The Intercept. Em uma delas, de 3 de dezembro de 2018, Dallagnol diz à esposa no grupo: “Vc e Amanda do Robito estão com a missão de abrir uma empresa de eventos e palestras. Vamos organizar congressos e eventos e lucrar, ok? É um bom jeito de aproveitar nosso networking e visibilidade...”

Dallagnol tinha consciência de que era uma burla. “Só vamos ter que separar as tratativas de coordenação pedagógica do curso que podem ser minhas e do Robito e as tratativas gerenciais que precisam ser de Vcs duas, por questão legal”, escreveu ao grupo em 19



Dallagnol com Fernanda, mulher laranja

de fevereiro de 2019. E em seguida: “É bem possível que um dia ela seja ouvida sobre isso pra nos pegarem por gerenciarmos empresa”. “Ela” era uma outra Fernanda, de sobrenome Cunha, dona de uma firma de organização de eventos e palestras, a Star. Na cabeça do chefe da força-tarefa, o negócio que ele montaria com a esposa e os Pozzobon poderia contratar a Star para a parte organizacional, pagando um terço do cachê que



receberiam ele e Pozzobon. Este sugeriu menos, 20%, mas o outro achou pouco.

A arquitetura bolada por Dallagnol para disfarçar, através da esposa, a violação de leis é condenada pelo próprio como laranjismo. Em um livro de 2010 intitulado *Lavagem de Dinheiro – Prevenção e Controle Penal*, uma coletânea de textos de vários autores desenterada nos últimos dias por um blogueiro, Hugo Souza, o procurador defendeu que “o uso de familiares para movimentação e a fim de figurarem como proprietários nominais de bens, valores e empresas, merece destaque em separado em razão de sua frequência, ainda que os familiares possam ser enquadrados em outras categorias, como a dos laranjas e testas de ferro”. Para Dallagnol, “sob o ponto de vista do criminoso, o uso de pessoa com vínculo familiar (...) é altamente tentador, pois não demanda maior esforço – quase toda pessoa possui relação com pais, ou filhos, ou irmãos, ou possui um companheiro(a), chama menos a atenção no momento do uso, e apresenta segurança, decorrente do vínculo de confiança, tanto sob o prisma econômico como de manutenção do segredo”.

Essa argumentação, conforme Hugo Souza, foi citada em 2011 pelo PGR da época, Roberto Gurgel, numa acusação ao ex-deputado João Paulo Cunha, no “mensalão” do PT. Como “xerife”, Gurgel comandava o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão de vigilância externa do MP, quando, naquele ano de 2011, os conselheiros aprovaram uma resolução sobre atividades paralelas de procuradores. Estes podiam dar aula, e só. Nada de atividades “de natureza administrativo-institucional e outras atribuições relacionadas à gestão da instituição de ensino”.

Em 2011, Gurgel determinou: procuradores só podem dar aulas, e só



O professor de Direito Luiz Moreira era conselheiro naquele momento e diz hoje que o plano de Dallagnol transgride a resolução. “Palestra é ato acadêmico. Não é algo regido por interesses financeiros, não é captação de cliente, não é comércio”, diz. Em uma mensagem de 27 de dezembro de 2018 aos futuros sócios, Dallagnol discutiu a caça a clientes e formas de lucrar. “Qual a razão para estudantes de direito (ou profissionais) se interessarem por um curso sobre corrupção? Ou na área penal? Curiosidade não basta, até porque a maior parte dos jovens não tem interesse em Lava Jato. Para o modelo dar certo, teria que incluir coisas que envolvam como lucrar, como crescer na vida, como desenvolver habilidades de que precisa e não são ensinadas na faculdade.”

As conversas sobre a montagem da empresa ocorreram ao menos até 3 de março de 2019, data da última mensagem de Dallagnol sobre o assunto revelada por Greenwald. “Se fizéssemos algo sem fins lucrativos e pagássemos valores altos de palestras pra nós, escaparíamos das críticas, mas teria que ver o quanto perderíamos em termos monetários”, dizia a mensagem. Não se sabe se a empresa de fato nasceu, mas agora é improvável que saia do papel, dadas as revelações do The Intercept. Sorte de Dallagnol.



DIZ UMA PESQUISA DA UFPR: A CLASSE DOMINANTE DO PARANÁ É UMA GRANDE ESTRUTURA DE PARENTESCOS

Na visão de um subprocurador-geral, as mensagens dele mostram “atos preparatórios para uma improbidade ou infração disciplinar para formar uma sociedade comercial”. A improbidade seria atropelar a Lei Orgânica e o Estatuto do MP, violação punida com a perda do cargo público. A infração disciplinar seria transgredir a resolução do CNMP.

Se a empresa fosse criada, Dallagnol e Pozzobon poderiam ser acusados ainda de lavagem, tendo como crime antecedente a improbidade, se lhes fosse aplicado aquilo que eles próprios defenderam ao apresentar a denúncia contra Lula pelo triplex do Guarujá. Palavras de Pozzobon naquele setembro de 2016: “Precisamos dizer desde já que, em se tratando da lavagem de dinheiro, ou seja, em se tratando de uma tentativa de manter as aparências de licitude, não teremos aqui provas cabais de que Lula é o efetivo proprietário no papel do apartamento, pois justamente o fato de ele não figurar como proprietário do triplex, da cobertura em Guarujá, é uma forma de ocultação, de dissimulação da verdadeira propriedade”.

Procuradores precisam de carreira paralela? Já são bem pagos pelos brasileiros. Era de 28,9 mil reais o salário

inicial no último concurso do MPF, realizado entre 2016 e 2017. Valor capaz de botar os aprovados no 1º mais rico, clube *vip* no qual se entra com 27 mil, conforme o IBGE. O contracheque de Dallagnol em junho foi de 36,7 mil, fora as férias: 33.689 de salário, 910 de auxílio-alimentação e 2.158 de auxílio-pré-escolar. O de Pozzobon foi igual, exceto a mordomia escolar. A remuneração gorda faz do MP brasileiro campeão de gastos, segundo a pesquisa “O Custo da Justiça no Brasil”, publicada em 2015 pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Em 2014, o MP custou à população 15,4 bilhões, 0,32% do PIB. Na Itália, o MP morde por ano 0,09%. Em Portugal, 0,06%. Na Alemanha e na Espanha, 0,02%.

É uma categoria com privilégios de berço, um “segmento fortemente elitizado”, segundo outra pesquisa, “Ministério Público: Guardiã da Democracia Brasileira?”, publicada em 2016 pela Universidade Candido Mendes, do Rio. Dos 899 procuradores e promotores entrevistados, 77% eram brancos, 70% eram homens, 60% de seus pais e 47% de suas mães tinham diploma. Deltan é filho de procurador, Agenor Dallagnol. Em “Prosopografia familiar da ‘Operação Lava Jato’ e do ministério Temer”, mais uma pesquisa feita na UFPR, publicada



Com Pozzobon, Dallagnol cogitou de uma sociedade. Rochadel vai investigar a respeito

em 2017, os autores afirmam: “A classe dominante do Paraná tradicional é uma grande estrutura de parentesco, quase sempre com as mesmas famílias da elite estatal ocupando simultaneamente os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”. E especificamente sobre Deltan: “Tal como nos outros dois casos [de Moro e Santos Lima] verificamos uma reprodução dentro da elite estatal, com os filhos preservando muitas vezes os valores e as

DALLAGNOL, A RESPEITO DAS PALESTRAS: “NÃO ME ENCHAM O SACO”. MAIS: “ACHO ERRADO RECLAMAR DISSO”



Deborah Duprat não alivia: a juízes, não é permitido emitir juízos prévios e muito menos aconselhar as partes

ideologias dos pais na década de 70, época de autoritarismo e justiça de exceção”.

As palestras de Dallagnol e Pozzobon e os planos de montagem da empresa serão investigados pelo CNMP, uma decisão do corregedor do órgão, Orlando Rochadel Moreira, na terça-feira 16. Ele tinha sido provocado na véspera pelo PT, com base nas revelações do The Intercept sobre a tentativa dos dois procuradores de lucrar com a Lava Jato. Rochadel deu dez dias para a dupla se explicar. Prazo igual dado ao corregedor do MP, Oswaldo José Barbosa Silva, para informar antecedentes dos dois investigados. Barbosa Silva é da opinião de que não há nada errado, até já arquivou outros casos sobre Dallagnol. Mas é um tema controverso entre procuradores. Há quem veja indecorosidade em ter carreira de palestrante. Em uma mensagem de 25 de fevereiro de 2015 a colegas, outra revelação do The Intercept, Dallagnol dizia sobre suas palestras: “Não me encham o saco (...) Acho bem justo e se reclamar quero discutir

LEONARDO PRADO, EVARISTO SA/AFPEE NELSON JR/STF

AS FAZENDAS DE DALLAGNOL

A família possui latifúndios no noroeste de Mato Grosso e ganham 36,9 milhões de reais do Incra

POR LEONARDO FUHRMANN E ALCEU LUÍS CASTILHO*

A história oficial do procurador Deltan Dallagnol destaca a participação dele e de seu pai, Agenor, na Igreja Batista. Procurador de Justiça aposentado do Paraná, Dallagnol pai é também o fio da meada de outro enredo da família: a participação em conflitos de terra, desmatamento, loteamentos ilegais e o pagamento de indenizações milionárias por desapropriações pelo Incra em de-

zembro de 2016, durante o governo de Michel Temer.

No início dos anos 80 do século passado, Sabino Dallagnol, avô de Deltan, e os filhos adquiriram terras no município de Nova Bandeirantes, noroeste de Mato Grosso. Como muitos gaúchos e paranaenses, aproveitaram o apoio da ditadura para comprar a preços módicos grandes extensões de terras na Amazônia Legal.

Agenor e Vilse Salete Martinazzo Dallagnol, mãe do procurador, adquiriram terras, mas continuaram no Paraná. Outros irmãos de Agenor, como Xavier Leonidas e Leonar, conhecido pelos moradores de Nova Bandeirantes como Tenente, mudaram para o município, a 980 quilômetros de Cuiabá e a 2,5 mil quilômetros de Pato Branco, onde, em 1980, nasceu Deltan. Sabino tornou-se nome de rua na cidade – endere-

ço de uma corretora de imóveis da família.

Formado em Direito, assim como o irmão Agenor e depois o sobrinho Deltan, Xavier tornou-se o advogado dos negócios da família em Mato Grosso. Ele tem um escritório em Cuiabá, do qual é sócia a filha, Ninagin Prestes, também advogada. E irmã de Belchior Prestes. Os filhos igualmente se tornaram donos de terras na região. E, da mesma forma, protagonizam a disputa a envolver o Incra. A gleba Japurana, em Nova Bandeirantes, é uma das regiões onde os Dallagnol têm terras. A família e outros proprietários ofereceram uma parte da área ao Incra, para receber sem-terra em regime de comodato, em



Raquel Dodge apoia Dallagnol...



... enquanto Barroso janta com Moro e o procurador

isso porque acho errado reclamar disso”.

OPT também cobrou do CNMP investigação da conduta geral de Dallagnol vista nas mensagens secretas, não apenas no tema “palestras”. Uma conduta a revelar antipetismo. Uma nota divulgada na segunda-feira 15 pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão indica desconforto crescente com o noticiário do The Intercept. A principal assinatura na nota é de uma figura respeitada na casa, Deborah Duprat, vice-PGR no tempo de Roberto Gurgel. “A investigação, acusação e punição de crimes em situação

alguma podem se confundir com uma cruzada ou se transformar num instrumento de perseguição de qualquer natureza”, diz o texto. Sobra até para Sérgio Moro. A juízes, afirma a nota, não é permitido “emitir juízos prévios sobre a situação concreta e, muito menos, aconselhar as partes, recomendar-lhes iniciativas ou transmitir-lhes informações privilegiadas.” Moro, conforme as conversas secretas, violou o dever de o magistrado ser imparcial.

Raquel Dodge, a PGR em fim de mandato, recebeu Dallagnol e membros da

força-tarefa um dia após a nota. Primeiro gesto dela em favor dos comandados desde o início das revelações. Uma das últimas mensagens noticiadas mostrou outro juiz do Supremo Tribunal Federal em contato furtivo com o pessoal de Curitiba, Luís Roberto Barroso. Em agosto de 2016, Barroso jantou em casa com Dallagnol e Moro. Numa mensagem ao procurador, pedia “máxima discrição. Na medida do possível, desejamos manter como um evento reservado e privado”. Barroso adora uma palestra. Terá dado umas dicas a Dallagnol? •

meados dos anos 1990. Desde então, o clã e outros proprietários brigam na Justiça por indenização.

A pendenga também emperra a situação de quem vive nos 67 mil hectares da gleba. Atualmente, 425 famílias ainda lutam pela regularização de seus terrenos, cerca de metade dos moradores do local. Em dezembro de 2016, no primeiro ano do governo Temer, Ninagin Dallagnol – a prima, filha de Xavier – recebeu 17 milhões de reais como indenização pela desapropriação de suas terras.

A indenização para Belchior, o irmão, foi de 9,5 milhões. A mãe dos filhos de Xavier, Maria das Graças Prestes, recebeu um valor mais mo-

desto, 1,6 milhão. O próprio pai de Deltan, Agenor, foi indenizado na mesma liberação. Recebeu 8,8 milhões. No total, foram 36,9 milhões pagos à família.

Não é só na disputa com o Incra que os Dallagnol mostram a sua face de especuladores de terras. Xavier e o irmão Leonar, o Tenente, foram alvo de um inquérito em Nova Monte Verde, município próximo de Nova Bandeirantes, por loteamento ilegal de terras. Os dois foram beneficiados pela prescrição. Tenente chegou a receber o título de cidadão honorário de Nova Bandeirantes, oferecido pela Câmara Municipal diante de sua “bravura” e da condição de “ilustre colonizador” e

“grande desbravador”. Tenente já foi acusado de invadir terras de outros proprietários no município, ao lado de personagens como Laerte de Tal, Pedro Doido e Nego Polaco.

Os dois irmãos, Xavier e Tenente, foram flagrados por desmatamento irregular. Tenente assinou um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público Estadual de Mato Grosso por degradação do meio ambiente em 2010. Xavier e a mulher, Maria das Graças, foram autuados pelo Ibama por desmatamento ilegal, ambos em 2017.

Como advogados, Xavier e a filha Ninagin atuam na defesa de grandes proprietários rurais envolvidos em grilagem, desmatamento e até

trabalho escravo. “De Olho nos Ruralistas” contará essas e outras histórias nos próximos dias, em uma série sobre a família – em suas conexões com os temas agrários. As reportagens serão divulgadas, em primeira mão, no site de *CartaCapital*.

Deltan Dallagnol não quis se manifestar sobre o assunto, segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público Federal no Paraná. Xavier Dallagnol, principal pivô das disputas em Mato Grosso, foi procurado em seu escritório, mas não atendeu aos pedidos de esclarecimento até o fechamento desta edição.

**Jornalistas do site “De Olho nos Ruralistas”*

